



DOSSIÊ - MASCULINIDADES

**Masculinidades:**

A universal, a relacional e a plural

Perycles Emmanoel Gomes de Macedo, *Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)*

Marcelo Miranda, *Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)*

Resumo. Este trabalho objetiva classificar, com base no modelo de organização analítica dos estudos de gênero proposto por Berenice Bento, a produção acadêmica a respeito de masculinidades disponível no BDTD entre 2017 e 2022. Para tanto, além de apresentar as tendências analíticas elaboradas pela autora, tomamos como parâmetro as indicações de Joana Romanowski e Romilda Ens sobre como elaborar trabalhos classificados como Estado do Conhecimento. A partir da leitura dos 23 textos selecionados concluímos que a maioria dos trabalhos se enquadra na categoria relacional. Percebemos também a existência de uma mudança no paradigma dominante nesses estudos. Compreendemos que essa mudança se deve ao fato de haver uma demanda por possibilidades de leitura do masculino menos essencialistas.

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidades. Gênero, Estudos Queer.



Introdução

Os estudos de gênero e sexualidade têm se consolidado cada vez mais no âmbito das pesquisas educacionais. A cada ano, um número considerável de trabalhos se propõe a analisar como a escola e as demais instituições educativas têm lidado com essas questões. No intuito de fazer avançar a reflexão acerca das possibilidades de novas leituras do educativo, os estudos de gênero e sexualidade desdobraram-se em diferentes direções, inclusive no sentido de se interrogar a respeito das masculinidades. Apesar dos estudos acadêmicos sobre construção das identidades masculinas iniciarem entre as décadas de 1970 e 1980 (PEREIRA, BRITO, 2018), essas investigações passaram a florescer no Brasil de maneira mais expressiva somente a partir da década de 1990.

Dada a heterogeneidade das perspectivas dos estudos de gênero, acreditamos que, ao lado da leitura dos textos clássicos, conhecer o que se tem produzido no Brasil recentemente a respeito das masculinidades em sua articulação com os fenômenos educativos, talvez seja uma maneira propositiva de acompanhar os desdobramentos dessas investigações. Assim, nossa pretensão aqui é apresentar uma análise dos estudos de masculinidades desenvolvidos recentemente no Brasil – tendo em vista sobretudo sua articulação com o campo educativo. Para tanto, tomamos como referências os apontamentos de Joana Romanowski e Romilda Ens (2006) a respeito das pesquisas denominadas Estado do Conhecimento e a proposição de Berenice Bento (2006) a respeito da organização analítica das teorizações de gênero.

Pesquisas denominadas Estado da Arte/Estado do Conhecimento têm um papel muito importante num dado campo de estudos, já que propõem uma espécie de mapeamento de uma área específica. Para Romanowski e Ens (2006), tais pesquisas não devem se restringir a localizar ou identificar certa produção, precisam analisá-la, de modo a categorizá-la e revelar seus múltiplos enfoques e perspectivas. Segundo as autoras, há uma tendência em classificar como Estado da Arte investigações que abordem toda uma área de conhecimento nos diferentes meios que geram produções. Os estudos que se restringem a analisar trabalhos de um determinado tipo, por exemplo, dissertações e teses, seriam considerados por essa tendência como Estados do Conhecimento. Nessa direção, o mapeamento que aqui propomos pode ser descrito como um Estado do Conhecimento – já que a proposta é analisar exclusivamente a produção disponível na plataforma digital Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) composta por dissertações e teses publicadas entre 2017 e 2022 – isto é, num período de cinco anos.



Justificamos nosso recorte temporal pelo motivo de que, no campo das humanidades, de modo distinto do que acontece em outras áreas, os paradigmas teóricos demonstram uma atualidade mais duradoura, basta pensarmos que, em linhas gerais, as teorizações elaboradas por Judith Butler a respeito de gênero e sexualidade, desenvolvidas e publicadas na década de 1990, ainda se encontram em plena vigência tanto na academia, quanto nos movimentos sociais.

Portanto, assumindo o banco de dados e o recorte temporal já descritos, buscamos por dissertações e teses escritas em língua portuguesa e desenvolvidas em território nacional. Essa busca focalizou trabalhos que apresentam em seus resumos e palavras-chave os marcadores “masculinidade/masculinidades”. Na primeira busca, levantamos um total de 125 textos – distribuídos principalmente entre as áreas de Educação, Sociologia, Comunicação, Psicologia, História, Filosofia e Artes. A partir disso, selecionamos somente aqueles concentrados nas Ciências Sociais e na Educação – por se tratarem de trabalhos que se aproximam mais das abordagens que assumimos. Assim, chegamos ao número final de 23 trabalhos – sendo 16 dissertações e 7 teses.

Conforme a proposta de Romanowski e Ens (2006), procuramos não apenas apresentar a produção nacional deste período, mas analisá-la. Para a realização de tal análise, recorreremos, como já apontado, à proposta de organização analítica dos debates teóricos propostos por Berenice Bento (2006), a qual discutiremos no tópico seguinte.

Salientamos finalmente que essa investigação não busca esgotar nem discutir todos os aspectos dos textos selecionados, mas consiste, sobretudo, numa classificação dos textos tomando como ponto de partida a tendência explicativa de Bento (2006). Além disso, procuramos pontuar o que, em nossa leitura, se apresenta como avanço e como lacuna – estas últimas compreendidas não como equívocos ou como faltas, mas como espaços em que pesquisadoras futuras possam se colocar de modo a fazer avançar o debate.

Um percurso histórico-teórico dos estudos de gênero

Em um esforço para organizar analiticamente os debates teóricos dos estudos de gênero, Berenice Bento (2006) sugeriu que eles fossem divididos em três grandes tendências, sendo: a universal, a relacional e a plural. Cada uma apresentará núcleos de compreensão, grosso modo,



coerentes entre si e diferentes dos demais. Certamente, a classificação aqui adotada pode deixar de lado aspectos importantes dos estudos de gênero em questão, sobretudo se levarmos em conta que os campos discursivos não são internamente coerentes entre si, mas heterogêneos e, às vezes, até contraditórios. Entretanto, ainda que fale por linhas gerais, percebemos que a classificação da autora possibilita uma compreensão privilegiada do conceito de gênero – principalmente por ressaltar os diferentes desenvolvimentos da categoria rumo à uma independência da matriz biológica.

Para Bento (2006), os estudos de gênero foram primeiramente desenvolvidos com o intuito de explicar a subordinação da mulher por meio do pensamento binário que persuadiu toda a Modernidade. Essas teorizações realizaram suas interpretações com base na binaridade que seria supostamente intransponível e de caráter universal. Para a autora, essa tendência (a universal) tem na teorização de Beauvoir seu marco inicial. “Beauvoir buscava mostrar os mecanismos que dão consistência ao “tornar-se”, constituindo um movimento teórico de desnaturalização da identidade feminina. Mas desnaturalizar não é sinônimo de desessencializar” (BENTO, 2006, p. 70). De fato, a tese apresentada pela filósofa francesa, não obstante o avanço que representou no contexto em que foi elaborada, pode ser lida como uma reafirmação do caráter essencialista de que supostamente gozam construções de gêneros.

A obra de Beauvoir tenta compreender a construção da mulher através dos dados da biologia, do ponto de vista psicanalítico, das elaborações do materialismo histórico, da história e, por fim, dos mitos e da literatura. A intenção da autora é descobrir onde residem os elementos que tornaram a suposta sujeição universal possível. Para ela, a mulher seria habitada pela espécie de um modo que o homem não pode ser – este último seria identificado de um modo particular com a sociedade. Beauvoir (2016, p. 51) afirma que “[...] Hegel tem razão em ver no macho o elemento subjetivo, ao passo que a fêmea permanece envolvida na espécie [...]”. Assim, mesmo admitindo que a biologia não basta para explicar a constituição da mulher (2016, p. 63), para a filósofa, não é possível ignorar ou subvalorizar esses dados. Em outras palavras, para a pensadora em questão, ainda que não se nasça mulher, mas torne-se, para que tal ocorra, é preciso que se tenha nascido “fêmea” – pois é sobre a fêmea humana que a cultura estampará aquilo que se conhece como mulher – como uma espécie de selo cultural. Segundo Bento, nessa perspectiva o corpo é pensado como naturalmente dimórfico, como uma folha em branco à espera do carimbo da cultura.



Em resumo, são teorizações e formas de compreender o gênero que, além de não desessencializar sua constituição, mantendo-lhe por isso a aparência universal de substância, restringem suas possibilidades de existência ao número dois.

O paradigma descrito por Berenice Bento (2006, p. 74) como relacional surge ao longo da década de 1990, a partir do empreendimento teórico das feministas de desconstruir a ideia universal de mulher e sustentar que os diferentes sujeitos se constituem de modo relacional. Segundo a autora, nesse paradigma

A categoria analítica “gênero” foi buscar nas classes sociais, nas nacionalidades, nas religiosidades, nas etnias e nas orientações sexuais os aportes necessários para desnaturalizar e desessencializar a categoria mulher, que se multiplica e se fragmenta em negras, analfabetas, brancas conservadoras, negras racistas, camponesas, imigrantes.

Assim, a aparência universal de substância cede lugar à compreensão de que gênero é um produto da história e, portanto, terá desdobramentos específicos e singulares a depender dos contextos em que se realize. Há, já nessas formulações, um elemento notavelmente pós-estruturalista – basta pensar na abertura do famoso ensaio de Joan Scott (1995) – ainda que aqui, a radicalidade permitida por essa chave não seja aproveitada em todas as suas possibilidades.

Segundo Bento, é no interior da tendência relacional que florescem os estudos de masculinidades. Como representante desses estudos e dessa perspectiva, destacamos o nome de Connell – para quem “[...] o gênero é sempre relacional, e os padrões de masculinidade são socialmente definidos em oposição a algum modelo (quer real ou imaginário) da feminilidade [...]” (CONNELL, MESSERSCHMIDT, 2013, p. 265). A grande premissa dos estudos relacionais é que o masculino e o feminino, assim como demais sujeitos, se constroem de forma simultânea e relacional – ainda que não em relação de oposição absoluta. Assim, o masculino e o feminino constroem-se simultaneamente, mas também o homem negro/branco, o pobre/rico, o nordestino/sulista etc.

Certamente, Joan Scott é uma das maiores referências nessa tendência – haja vista que, mais de trinta anos depois, seu trabalho segue dotado de relevância, sendo amplamente adotado por diversos estudos. Pautada nas contribuições de Foucault e Derrida, a proposta da historiadora estadunidense é a de que a categoria gênero deveria reorientar os rumos da historiografia de modo a questionar a



atemporalidade ontológica atribuída às assimétricas relações de poder que se estabelecem entre os gêneros. Para ela,

Nós só podemos reescrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e trasbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contém dentro delas dimensões alternativas, negadas ou suprimidas [...] (SCOTT, 1995, p. 93).

O limite da formulação de Scott, segundo Bento, reside no fato de que “[...] ao estudar os gêneros a partir das diferenças sexuais, está se sugerindo explicitamente que todo discurso necessita do pressuposto da diferença sexual, sendo que esse nível funcionaria como um estágio pré-discursivo [...]” (BENTO, 2006, p. 76). Certamente, a definição de gênero da historiadora possibilita tal leitura, pois, para ela, “[...] (1) o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder [...]” (SCOTT, 1995, p. 86).

Portanto, parece haver na formulação de Scott um elemento que contradiz a proposta central do conceito elaborado – ser uma categoria útil de análise histórica – já que, se assumirmos a existência de um corpo pré-discursivo haverá sempre algum nível de diferenças hierárquicas entre os gêneros, visto que estes seriam ainda uma interpretação cultural dos corpos. Com efeito, a história relida pela categoria gênero – tal qual Scott a concebe – poderia analisar minuciosamente o fenômeno, mas não seria capaz de propor ou alcançar a superação das assimetrias – já que estas estariam fixadas num corpo que, aparentemente, não muda.

Bento nos conta que, durante a década de 1980, os estudos teóricos sobre mulheres, sexo e gênero, concentram-se em duas frentes: de um lado a crítica à universalidade da categoria mulher e, do outro, os estudos sobre a sexualidade. Nesse contexto, destaca-se, como expoente dessa segunda abordagem, a contribuição de Foucault em *A História da Sexualidade*. Nessa obra, Foucault sustenta a tese de que a sexualidade resulta de uma articulação do dispositivo político que coloca o sexo em discurso, produzindo, assim, efeitos sobre os corpos. O pensador argumenta que não existem corpos que não sejam desde sempre objeto de discurso – não havendo, portanto, possibilidade de um elemento pré-discursivo. O argumento do autor segue no sentido de mostrar que não se trata de apagar o corpo, mas de empreender o desafio de uma análise em que o corpo e a história não constituem sequência, mas se liguem de acordo com uma complexidade crescente. Dito de outro modo,



não se trataria de compreender o corpo para depois investigar a história, mas de reconhecer que esse corpo é desde sempre marcado pela história.

Ao lado do filósofo francês, outras pensadoras/es acabaram dando força ao argumento de que seria necessário analisar sexo e gênero como categorias independentes. Bento (2006, p. 79) nos conta que

O desafio, portanto, era construir teorias que habilitassem aqueles que divergem da norma heterossexual, apontando os processos para a construção de suas identidades a partir de referências que, por um lado, se contrapusessem a uma explicação referenciada nos corpos sexuados e, por outro, produzisse um campo de contradiscursos ao saber gerado nos espaços confessionais das clínicas de psicólogos, psicanalistas, psiquiatras e programas de transgenitalização [...]

Em outras palavras, o que a autora denominará de estudos plurais, começa por assumir a tarefa de desarticular sexo e gênero e de negar a possibilidade de um corpo pré-discursivo. Uma vez desvinculados, o gênero deixa de ser compreendido como selo colocado pela cultura sobre corpos pré-discursivos. Assim, as possibilidades de leitura das expressões de gênero se multiplicam e perdem o compromisso com a binaridade, além disso, a heterossexualidade deixa de ser vista como a regra estabelecida pela natureza e, não menos importante, elabora-se uma robusta crítica da identidade como algo fixo e imutável.

Tal paradigma pode ser lido de uma maneira mais “acabada” através do trabalho da pensadora Judith Butler – sobretudo em seu *Problemas de Gênero*, publicado pela primeira vez em 1990 e, desde então, uma referência indispensável nesse campo de discussões. Tais elaborações, embora sejam ainda estudos de gênero, passam a assumir contornos cada vez mais específicos e acabam por se constituir como um campo próprio – são os chamados estudos queer.

As proposições políticas e teóricas dos estudos queer – herdeiras da contracultura, gestadas e consolidadas entre os anos de 1960 e 1980 – são uma reivindicação dos sujeitos que não desejam ser assimilados (MISKOLCI, 2012). Ao contrário das primeiras teorizações feministas e gays, que reclamavam legitimidade para determinados sujeitos, a política queer questiona a própria noção de sujeito, argumentando, no rastro de Derrida, que cada inteligibilidade (cada identidade) é portadora de múltiplas significações, agregando, inclusive, núcleos de sentido que também constituem aquilo que se acredita ser o seu oposto, não sendo, portanto, cabível a compreensão binária das expressões de gênero. Nessa direção, a suposta fixidez das identidades perde sua razão de ser. Com



efeito, depreende-se de tal entendimento um tipo de política muito mais radical – que não se respalda nos contornos de um determinado sujeito em que apoiar suas reivindicações – trata-se, portanto, de uma política pós-identitária, como compreendeu Guacira Louro (2001).

Compreendemos que cada uma das tendências identificadas por Bento contribuiu significativamente para que pudéssemos chegar às diversas possibilidades de leitura que hoje estão disponíveis. Assumimos também que cada elaboração carrega os traços do período histórico e do contexto geopolítico em que se desenvolveu, não sendo, portanto, cabíveis os julgamentos anacrônicos. Assim, reafirmamos que nossa opção pela tendência plural se justifica pelo entendimento de que é este conjunto de teorizações que, no momento presente, permite a radicalização necessária para a construção de um tipo de política e de teorização que enseje movimentos de maior liberdade e aceitação da miríade de possibilidades que é própria dos seres humanos.

Análise

A tabela a seguir mostra em ordem cronológica as dissertações e teses que analisamos. Nela estão contidos, além da autoria e ano, a tendência analítica que orienta o trabalho. Ao longo desta análise, além de discutir a disposição dos trabalhos dentro das tendências explicativas que adotamos, procuraremos mostrar aquilo que identificamos como as principais contribuições e as principais lacunas. Dentre as principais contribuições apontaremos:

- Abordagens pouco recorrentes;
- Investigações que podem ser adaptadas, transpostas ou deslocadas para outros contextos/situações;
- Trabalhos que visibilizam a constituição mítica/simbólica do masculino.

Dentre as principais lacunas destacaremos:

- Interesses pouco recorrentes;
- Falta de trato teórico da categoria masculinidades/descomprometimento com a literatura consolidada;
- Temas desconsiderados.



TABELA 1: disposição dos trabalhos analisados.

Tendência	Gênero textual	Autoria	Área do conhecimento	Ano
Relac.	Tese	Jairo Bardune Filho	Educação	2017
X	Dissert.	Wellthon Rafael Aguiar Leal	Sociologia	2017
Relacio.	Dissert.	Grasiela Augusta Moraes Pereira de Carvalho	Educação	2017
Plural	Dissert.	Halina Hauber Baio	Sociologia	2017
X	Dissert.	José Durval Aguiar Junior	Educação	2017
Univer.	Tese	Alexandre Rodrigo Nishiwaki da Silva	Educação	2017
Relacio.	Dissert.	Diego Couto Dos Santos	Sociologia	2018
Plural	Tese	Leandro Teófilo de Brito	Educação	2018
Plural	Dissert.	Rodrigo Casaut Melhado	Sociologia	2018
Relacio.	Tese	Luciano Ferreira da Silva	Educação	2018
Plural Relacio.	Dissert.	Emanuele Cristina Santos do Nascimento	Educação	2018
Relacio.	Dissert.	Ronan de Almeida Siqueira	Sociologia	2018
Relacio.	Tese	Talitha Couto Moreira Lara	Sociologia	2018
Relacio.	Dissert.	Neide Pinto dos Santos	Educação	2019
Plural				
Relacio.	Dissert.	Marcos Martins do Amaral	Educação	2019
Plural	Dissert.	Arthur Furtado Bogéa	Educação	2019
Relacio.	Dissert.	Rafael Ferraz Baptista	Educação	2019
Plural				
Plural	Dissert.	Rosilene Mazzarotto	Educação	2019
Relacio.	Tese	Filipe Gabriel Ribeiro França	Educação	2019
X	Dissert.	José Rodolfo Lopes da Silva	Educação	2019
Relacio.	Tese	Claudio Marques da Silva Neto	Educação	2019
X	Dissert.	Gabriel Hengstemberg Bonifácio	Educação	2019
Relacio.	Dissert.	Marciano Antônio da Silva	Educação	2020

Como vemos na tabela, a tendência predominante nos trabalhos que analisamos é a relacional. Nela, classificamos nove trabalhos. A segunda mais adotada foi a plural, na qual, agrupamos quatro elaborações. Além dos trabalhos que podem ser classificados confortavelmente no interior de uma tendência explicativa, existem também aqueles que transitam entre elas, de modo que, apesar de adotarem nominalmente uma tendência, recorrem frequentemente a expedientes e compreensões teóricas que são próprios de outra. Portanto, para conferir inteligibilidade dentro da nossa proposta, classificamos esses trabalhos como plural/relacional (onde a tendência anunciada ou dominante é a plural, mas existem elementos da tendência



relacional), categoria na qual agrupamos três trabalhos, e a relacional/plural (onde a predominância é da tendência relacional sem que elementos da categoria plural estejam ausentes), na qual encontramos dois trabalhos. Localizamos quatro trabalhos em cujos interesses não consta apresentar uma discussão teórica sobre gênero ou mesmo adotar uma concepção a respeito do mesmo. Por fim, apenas um trabalho dialoga com a tendência universal, ainda que a autoria parta de teorizações do paradigma relacional. Assim, classificamos esse trabalho como universal/relacional.

Destacar a predominância da tendência relacional em trabalhos a respeito da construção dos homens, certamente pode ser lido como um atestado da ainda atual influência de Connell nesses estudos. Pode ser interpretado também como manutenção de uma tradição que se difundiu no Brasil a partir dessa compreensão. A categoria “masculinidade hegemônica”, certamente, é a chave mais adotada entre os trabalhos analisados. Apenas três dos vinte e três textos (BAIO, 2017; FILHO, 2017; AMARAL, 2019) não citam as contribuições de Connell. Todos os demais, mesmo aqueles que declaradamente não adotam a categoria da pensadora, compreendem a necessidade de discutir sua importância, como foi o caso de Brito (2018). O conceito de masculinidade hegemônica – que assinala a existência de um modelo socialmente privilegiado de ser homem, em torno do qual se manifestam outras masculinidades sem o mesmo privilégio – foi adotado como teorização central em onze dos vinte e três trabalhos que estudamos (FILHO, 2017; CARVALHO, 2017; LARA, 2018; SANTOS, 2018; MELHADO, 2018; SILVA, 2018; SIQUEIRA, 2018; BAPTISTA, 2019; FRANÇA, 2019; SANTOS 2019; SILVA NETO, 2019).

Ao lado da tendência relacional, colocam-se os trabalhos que dialogam de maneira mais circunscrita com as teorizações plurais (BAIO, 2017; BRITO, 2018; NASCIMENTO, 2018; BOGEA, 2019) e aqueles que mesclam elementos das duas tendências (MELHADO, 2018; SILVA, 2018; MEZZAROTO, 2019; SANTOS, 2019; BAPTISTA, 2019). Notamos que somente dois desses trabalhos foram desenvolvidos no âmbito das ciências sociais, os nove restantes, foram pensados a partir do campo da educação. Uma possível explicação da recorrência da tendência plural em trabalhos de educação é que, foi justamente através do campo educativo que as teorizações queer chegaram ao Brasil, muito em virtude dos esforços de Guacira Lopes Louro – que demonstrou significativo empenho em desenvolver esses estudos e traduzir textos consolidados internacionalmente. Portanto, intuímos que essas teorizações são melhor



assimiladas pelo campo da educação, tanto pelo tipo de política que propõem, quanto por serem discussões presentes nesse contexto de maneira mais recorrente e por mais tempo – evitando assim compreensões e assimilações apressadas como algumas que mostraremos a seguir.

A respeito das principais abordagens pouco recorrentes, destacamos os trabalhos de Silva (2017), Baio (2017), Silva (2018) e Baptista (2019). O trabalho de Alexandre Nishiwaki da Silva (2017) objetiva discutir o projeto de masculinidade no interior do pensamento pedagógico clássico. O autor sustenta a tese de que os clássicos da pedagogia projetam um ideal de masculinidade e o defendem. Para ele, os pensadores clássicos da educação esboçam, além de preceitos pedagógicos, projetos de masculinidade ancorados em seus pressupostos teóricos e políticos. Assim, o autor relê pensadores como Comenius, Rousseau, Pestalozzi, Herbart, Dewey, Ferrer i Guàrdia, Anton Makarenko e Paulo Freire em busca de compreender o projeto de masculinidade que subjaz à teorização de cada um deles. A partir de tal percurso, seu trabalho possibilita uma releitura da história da pedagogia a partir da categoria gênero, constituindo-se, portanto, como um material importante a quem deseja estudar masculinidades no âmbito da educação.

Dentre os trabalhos que analisamos, apenas o de Halina Baio (2017) assume a masculinidade manifesta em corpos não designados como masculinos. A autora defende a necessidade de desatrelar a masculinidade a corpos que foram designados como homem no momento do nascimento. Para isso, recorre a uma análise das obras cinematográficas *Desejo Proibido* (2000) – onde a personagem Amy vivencia a experiência de uma mulher lésbica masculinizada; *Meninos Não Choram* (1999) – no qual o personagem Brandon vivencia a transexualidade, e *Tomboy* (2011) – onde a personagem principal, Michael/Laure é transexual. Compreendemos que a interrupção na ordem que prevê a masculinidade e feminilidade em determinados corpos se constitui como uma importante estratégia de desconstrução da norma sexo/gênero – tão cara aos estudos queer, mas ao mesmo tempo, como mostram as dissertações que analisamos, tão pouco assumida.

Luciano Ferreira da Silva (2018) elabora sua tese pautado em um tema recorrentemente apontado, bastante conhecido e pouco enfrentado – o insucesso escolar dos homens. O objetivo do autor é mostrar como a construção das masculinidades juvenis produz armadilhas na intersecção da trajetória escolar dos meninos do ensino médio da escola pública e



seus projetos de vida futuros. Para ele, as armadilhas residem na naturalização de certos enunciados que, ao reafirmarem a suposta superioridade dos meninos com relação às meninas, acabam por conformá-los a modos relapsos, pouco comprometidos com as exigências escolares e alvo de menos atenção por parte de docentes e, portanto, vulnerabilizados. Para ele

O perigo é a naturalização de enunciados, a cristalização de “verdades” que se repetem no ambiente escolar, que posicionam sujeitos, que fazem as pessoas acreditarem que ser relapso no ambiente escolar é “coisa de guri” e que ser dedicada, esforçada “é coisa de menina”. O perigo é fazer esse menino acreditar que ele não precisa estudar tanto quanto suas colegas, pois é “naturalmente” inteligente e não é dado ao ambiente escolar; nasceu para ser solto, correr, ir para a rua. O perigo, enfim, é a produção de uma vulnerabilidade social para estes meninos” (SILVA, 2018, p. 16).

Ainda nessa direção, o trabalho de Rafael Ferraz Baptista (2019) centra-se numa categoria já bastante assimilada pelas discussões em redes sociais, porém pouco discutida na academia brasileira, sendo, portanto, a única elaboração dentre as que analisamos a adotá-la. Trata-se da categoria “masculinidade tóxica”. O autor objetiva compreender a percepção dos professores acerca da influência dos padrões hegemônicos de masculinidade, identificar como os docentes lidam com as influências das masculinidades tóxicas e entender como elas interferem nas vivências de professores heterossexuais e homossexuais. Pautado no texto de Terry Kupers (2005), o autor chama de masculinidade tóxica a constituição tipicamente masculina, na qual se percebem traços de extrema competição, ganância, insensibilidade, falta de consideração pela experiência e pelos sentimentos alheios, necessidade de exercer domínio sobre os outros, pavor de situações em que depende de outras pessoas e aversão a características femininas, seja em mulheres ou gays. Percebemos que, uma vez que esse conceito goza de adesão popular, desenvolvê-lo de modo a ampliar seus contornos e sua capacidade de diálogo com as questões mais atuais seria afirmativo para o avanço do debate, sobretudo, no sentido de engajar a comunidade não acadêmica nas discussões sobre gênero e sobre homens.

A respeito de trabalhos que podem ser adaptados ou deslocados para outras situações ou contextos, destacamos as seguintes elaborações: (BAIO, 2017; FILHO, 2017; LEAL, 2017; BRITO, 2018). A tese defendida por Jairo Filho (2017) investiga como se configuravam as masculinidades dissidentes nas páginas do jornal estudantil “O Bonde” (um jornal universitário da Universidade Federal Rural de Minas Gerais



entre 1945 e 1962). Além de desenvolver uma argumentação teórica bastante significativa, na qual recorre, inclusive, à conhecidos super-heróis, o autor chega à conclusão de que, diferentes masculinidades eram projetadas no contexto sobre o qual se debruçou. Propostas como essa poderiam ser deslocadas para outras regiões. Trabalhos assim, realizados em outros contextos, fosse o corpus analítico um jornal ou quaisquer outros meios de comunicação social, poderiam investigar quais as principais semelhanças e diferenças nas construções de masculinidades em diferentes regiões do Brasil.

A tese desenvolvida por Leandro de Brito (2018) pretende problematizar os aspectos de significação entre jovens e adolescentes atletas de voleibol e estudantes da educação básica que se identificavam como gays e bissexuais. Esse autor conclui que existem modelos normalizadores de masculinidade, mas que também existem, igualmente, resistências diante desses modelos. Conforme mostra Filho (2018), sabemos que o futebol se constitui no Brasil como uma verdadeira pedagogia da masculinidade e que, ao contrário do voleibol e de outros esportes, a presença de tipos tóxicos de masculinidade é bem mais frequente nesse primeiro – sobre esse dado, abundam anualmente matérias jornalísticas que denunciam as violências em estádios de futebol. Nesse sentido, consideramos que seria interessante o empreendimento de investigar como ocorrem essas tensões entre estudantes de escola básica que se relacionam com futebol.

A dissertação de Wellthon Leal (2017) analisa a construção da identidade homossexual a partir de duas cantoras de música pop, Beyoncé e Britney Spears. Para tanto, o autor realizou entrevistas com grupos de fãs. Os resultados da pesquisa mostram que ocorre uma sacralização das cantoras e que os fãs vivenciam êxtases que se assemelham aos êxtases religiosos. Percebeu ainda que o culto à diva exerce influência sobre a construção da identidade desses homossexuais, incidindo, inclusive, em suas “saídas do armário”. Em um determinado momento, o autor alega que a música pop tem sido amplamente associada à ideia de feminino, já que dialoga com temas românticos, sensuais e delicados. O rock, ao contrário, seria associado ao masculino, já que seus principais elementos expressam agressividade, força etc. Assumindo tais postulados, pensamos que seria propositivo, portanto, entender quais as relações que se estabelecem entre a constituição de homens que professam a heterossexualidade e as expressões culturais associadas à masculinidade – por exemplo: homens/rock, homens/hip-hop, homens/clubs de tiro, homens/esportes radicais etc.



Por fim, o já pontuado trabalho de Baio (2017) se debruça sobre as expressões de masculinidades em corpos designados como femininos ao nascer. Assumir a masculinidade em corpos designados como femininos ao nascer, certamente significa também admitir a possibilidade de feminilidade em corpos designados como masculinos ao nascer. Sabemos que há uma enorme quantidade de exemplos de homens e mulheres que expressam certas ambiguidades de gênero na literatura, no cinema e na cultura popular. Pense-se, por exemplo, em Maria Moura, de Raquel de Queiróz, em Madame Satã, de Karim Aïnouz, em Pixote, de Hector Babenco etc. Nesse sentido, sinalizamos a possibilidade de investigar o que o cinema, a literatura, o teatro, a cultura pop têm a nos dizer a respeito de corpos ditos masculinos onde pulsa a experiência da feminilidade.

Dentre os textos selecionados, somente o de Jairo Filho (2017) abarca aquilo que chamamos de dimensão mítica/simbólica do masculino. Portanto, aqui, tanto assinalamos a contribuição desse trabalho, quanto apontamos a pouca recorrência de reflexões sobre a dimensão mítica/simbólica das masculinidades nos textos. Para interpretar a teorização de Connell a respeito das masculinidades hegemônicas, Filho (2017) articula o conceito da intelectual australiana à construção dos heróis nas histórias em quadrinhos estadunidenses. Para ele, foi a crise financeira provocada pela quebra da bolsa em Nova York, em 1929, que possibilitou o florescimento dos heróis dos quadrinhos nos Estados Unidos. Os heróis são reelaborações dos mitos e, nesse cenário de instabilidades e depressões, serviam como suporte moral de uma geração de homens fragilizados. Nessas histórias, algumas delas ainda absolutamente presentes e incansavelmente reelaboradas pelo cinema hollywoodiano, abunda a ideia da virilidade masculina – são homens à toda prova, sempre dispostos a morrer pela pátria e pelos fracos, de valores nobres, invencíveis e, portanto, dignos de serem imitados. Para o autor, a categoria herói é um projeto aceito por um número incalculável de homens e, portanto, um símbolo compartilhado – os homens os aceitam, assimilam e ensinam a outros homens, a seus filhos, etc. Nesse sentido, legitimar modelos subalternizados de homens seria uma afronta à constituição do herói e, portanto, à própria constituição privilegiada de masculinidades. Segundo Tomás Tadeu da Silva (2007), o apelo aos mitos fundadores é extremamente importante na constituição das identidades – isso porque o mito auxilia a consolidação do sentimento de pertença, da constituição das identidades coletivas e dos valores compartilhados. Para o autor “[...] um mito fundador remete a um



momento crucial do passado em que algum gesto, algum acontecimento, em geral heroico, épico, monumental [...] inaugurou as bases de uma suposta identidade [...]” (SILVA, 2007, p. 08).

Sócrates Nolasco percebeu a importância de se recorrer aos mitos e aos mitos fundadores para compreender as questões dos homens. De maneira tímida em *O Mito da Masculinidade* (1993), e de forma mais robusta em *De Tarzan a Homer Simpson* (2003), o intelectual enfrentou a tarefa de se aproximar dos mitos na intenção de investigar o que eles dizem a respeito das formas contemporâneas de masculinidades. Nesse segundo texto, Nolasco investiga os gregos Hércules, Teseu, Aquiles e Ulisses, o alemão Fausto, o espanhol Quixote, o francês Dom Juan e o inglês Robinson Crusoe. Tanto a leitura de Nolasco, quanto o trabalho de Filho (2017) contudo, parecem não se interessar por reelaborações mais disruptivas de masculinidade, como o Ulisses de James Joyce ou o Dorian Gray de Oscar Wilde – modelos menos próximos do padrão hegemônico heterossexual. Os textos dos autores também não levam em consideração as reelaborações brasileiras do mito e dos clássicos (como Macunaíma ou Riobaldo, por exemplo). Eles se interessam menos ainda pela existência de mitos tão ou mais antigos quanto os da Grécia e que persuadem a religiosidade e o imaginário do povo brasileiro talvez muito mais do que os do visionário Homero – como Exu ou Ogum, divindades da religiosidade afro-brasileira significativamente marcadas pelo masculino.

O segundo tipo de Lacuna que analisamos é aquela que diz respeito à falta de trato teórico da categoria gênero e com a falta de necessidade de dialogar com a literatura estabelecida. Conforme aponta a tabela, quatro dos vinte e três textos que analisamos (JUNIOR, 2017; LEAL, 2017; SILVA, 2019; BONIFACIO, 2019) não se preocupam em adotar uma compreensão de gênero bem delineada. Uma das inseguranças que esse tipo de elaboração pode causar é que, sem uma discussão que permita compreender o que se tem chamado por gênero, fica difícil saber até que ponto pode-se dialogar com elas, tomá-las como referências, visto que o sentido de gênero varia de acordo com a tendência teórica assumida e mesmo de autoria para autoria.

Nessa direção, Wellthon Leal (2017) optou por um tipo de escrita em que os aportes teóricos aparecem de forma difusa em toda a discussão e não em um bloco específico, como ocorre na maioria das vezes. Ele dialoga principalmente com a categoria identidade (Anthony Giddens) e com os estudos culturais da escola de Frankfurt. O autor se aproxima da teorização de Judith Butler a respeito da



heteronormatividade, mas não há uma filiação teórica que se possa depreender com clareza, nem mesmo uma discussão de gênero delimitada. Junior (2017), ao discutir a docência masculina, teorizou a respeito da generificação do magistério a partir de Michel Apple. Contudo, não há na presente discussão elementos que permitam classificar a compreensão de gênero que o autor adota. José Rodolfo da Silva (2019) diz pautar-se a partir das concepções pós-estruturalistas. Ele dialoga com Foucault, a respeito dos discursos como práticas concretas, e com Guacira Louro, a respeito da provisoriidade das supostas verdades. A partir desses marcos, poderíamos tentar classificar sua compreensão de gênero entre a relacional e a plural, mas não há na teorização do autor uma discussão a respeito de gênero que permita tal classificação. Gabriel Bonifácio (2019) apresenta sua dissertação em formato de *multipaper*. Ele também direciona seus olhares na atuação de docentes masculinos na educação infantil e também não figura entre seus interesses discutir a categoria gênero.

No que diz respeito ao não diálogo com a literatura consolidada nos estudos de masculinidades, assinalamos o trabalho de Marcos do Amaral (2019). O autor em questão busca compreender a constituição da masculinidade gay a partir da experiência/vivência que acontece na escola, dando centralidade às desigualdades sociais. O trabalho adota um referencial pautado no materialismo histórico. De forma coerente, o texto se baseia em feministas marxistas como Saffioti. O autor conclui que a escola é uma instituição social importante na constituição da masculinidade gay e, que, portanto, precisa superar seu estranhamento frente às funções sociais que lhes cabe. O ponto que destacamos é o seguinte: o autor em questão é um dos poucos que, dentre os analisados, não cita Connell em nenhum momento de seu texto. Controversamente, por adotar a categoria hegemonia – conceito caro nas discussões marxistas – ele acaba por concluir que existe um modelo hegemônico de masculinidade – a heterossexual. Em volta dessa masculinidade hegemônica insurgem-se as possibilidades contra-hegemônicas: no caso, as masculinidades homossexuais. Desse modo, é possível admitir que, ainda que não queiramos nos vincular a uma determinada categoria teórica que esteja estabelecida, é necessário estudá-las, discuti-las, e reconhecer sua influência num determinado campo de estudos, tal como fez Brito (2018) que assinala a categoria e justifica o motivo de não a adotar. Caso contrário, poderemos repetir aquilo que está absolutamente consolidado julgando ver aí uma contribuição nova ou autoral.



Outro fenômeno que pode denotar desinteresse pela literatura especializada é o fato de que alguns trabalhos demarcam equivocada ou esquivamente os primeiros marcos de estudos de masculinidades (CARVALHO, 2017; NASCIMENTO, 2018; BRITO, 2018; SILVA NETO, 2019). Graziella de Carvalho (2017) afirma que os estudos de masculinidades surgiram na década de 1990 e nisso, é acompanhado por Emanuele Nascimento (2018). Já Leandro de Brito (2018) e Claudio Silva Neto (2019) afirmam que esses estudos se difundiram no Brasil a partir desses marcos, mas não se preocupam em definir os marcos internacionais. Alexandre da Silva (2017), por outro lado, demarca o nascedouro dos estudos de homens nos anos de 1950, apesar de assinalar que esses estudos só vieram a reverberar na década de 1970. Assumimos a possibilidade de marcos esquecidos pela história, de teses desconhecidas pelos estudiosos, de modo que seria muito difícil precisar com exatidão quando nasceu uma determinada corrente de estudos. Contudo, como demonstram os demais textos que estudamos nesse percurso, o consenso é que os estudos de masculinidades consolidaram-se entre as décadas de 1970 e 1980. A origem da confusão talvez seja o fato de que, no Brasil, esse campo se desenvolveu a partir dos anos de 1990.

Por último, a respeito dos temas que não aparecem nos interesses das pesquisas selecionadas, é possível dizer que, dentro daquilo que se mostra mais urgente, destacam-se a ausência de trabalhos que versem sobre: a violência entre os meninos em contexto educativo; a evasão escolar dos homens; os perfis de homens nos cursos superiores; diferentes tipos de expressões de gênero e sexualidade masculinas que não a homossexual.

Sabemos o quanto, nos últimos anos, tem crescido o número de pesquisas em que o *bullying* é analisado em seus diferentes meandros. Sabemos também que os homens são os protagonistas nos episódios de diversos tipos de violência. Nesse sentido, julgamos que caberia a investigação a respeito da participação dos homens nos episódios de violências escolares. De modo semelhante, sabe-se amplamente a respeito do protagonismo masculino no que diz respeito à evasão escolar, contudo, essa articulação não foi assumida em nenhuma das 23 elaborações estudadas. Também se sabe que, desde a década de 1980, o hiato de gênero na educação se reverteu e que, portanto, as mulheres são maioria nos diversos níveis de ensino – mas o que dizer do perfil de homens em cada curso? Quem são os homens que ocupam as vagas dos cursos socialmente prestigiados como medicina? Qual o perfil dos



estudantes de direito e, igualmente, quem são os homens que cursam disciplinas socialmente menos desejadas como pedagogia ou serviço social?

Ainda nesse sentido, pontuamos que seis dos vinte e três trabalhos dedicam-se a compreender as questões ligadas às masculinidades homossexuais (LEAL, 2017; BRITO, 2018; MELHADO, 2018; SANTOS, 2018; AMARAL, 2019; FRANCO, 2019). Mas, o que as pesquisas acadêmicas poderiam dizer a respeito das masculinidades heterossexuais, bissexuais, transexuais, o que se poderia investigar sobre masculinidades negras, periféricas, ou a respeito de homens portadores de deficiências físicas? Somente o trabalho de Baio (2017) aborda masculinidades transexuais, assim como, apenas a dissertação de Nascimento (2018) assume a questão das masculinidades negras, mas essas pesquisas não se debruçam sobre o espaço escolar. Sabe-se que as possibilidades de constituição das masculinidades são inúmeras e, igualmente, é razoável que mesmo rejeitando a ideia de identidades fixas é possível reconhecer a importância de conhecermos as experiências situadas. No caso dos homens transexuais – sujeitos completamente ausentes nas pesquisas desenvolvidas no campo da educação aqui investigadas – assinalamos a importância de estudarmos sua experiência nos espaços educativos formais e não formais – sua atuação nas escolas, nos movimentos sociais, suas dificuldades, seus desafios, seus silêncios, assim como suas resistências e suas possibilidades de agência.

Ultimas palavras

Retomando nosso objetivo, isto é, apresentar uma classificação, com base no modelo de organização analítica proposto por Berenice Bento, a produção acadêmica a respeito de masculinidades disponível no BDTD entre 2017 e 2022, temos a dizer o seguinte:

A tendência dominante é a relacional (O9), em segundo lugar aparecem os trabalhos onde a predominância é da tendência plural (O4), vindo em seguida a plural/relacional (O3), depois a relacional/plural (O2) e, por fim, universal/relacional (O1). Interpretamos essa incidência da tendência relacional como uma manutenção da influência de Connell nesse campo de estudos. Notamos que os estudos plurais concentram-se na área da educação – dado que pode ser lido como fruto de um diálogo estabelecido entre estudantes de educação e as ideias apresentadas e desenvolvidas por Guacira Lopes Louro – principal estudiosa responsável pela divulgação desses estudos no Brasil.



Percebemos na disposição e distribuição das tendências um caminhar que parte do relacional para o plural – movimento que se assemelha a uma mudança no paradigma dominante. Afirmamos isso por identificar um desejo, por parte uma parcela considerável de autoras/es de se associar às teorizações queer, mesmo quando as ideias articuladas em seus trabalhos apontam para outra direção¹. É possível ainda identificar que os estudos queer enfrentam uma série de incompreensões de diferentes ordens. Tais elaborações são alvo de desconfiança por parte de alguns estudiosos. Essas ressalvas e incompreensões, por vezes parecem derivar de uma cautela legítima diante daquilo que se apresenta como novo e desafiador. Outras vezes, parecem aproximar-se da descredibilização pessoal de autoras/es vinculadas a essas correntes.

Nesse sentido, assinalamos que, não obstante a contribuição significativa apresentada em seu estudo (ao qual já nos referimos), no que concerne às teorizações queer, Alexandre Silva (2017), para quem gênero é a intervenção do social sobre os sexos (sendo os sexos apenas dois, macho e fêmea)², faz alegações que se mostram fruto de leituras pouco comprometidas com a compreensão das ideias defendidas pelas teses que contesta. O autor questiona a crítica de Judith Butler à ideia de sujeito representativo das lutas sociais. Para ele “[...] a desconstrução dos sujeitos contingencia e legitima a não ação, destrói valores e utopias possíveis, esconde em um discurso dito libertador [...] a impossibilidade da transformação social [...]” (SILVA, 2017, p. 30). Essa desconfiança se baseia na compreensão equivocada de que as teorizações pós-identitárias seriam um convite à imobilidade, já que não se respaldam na ideia de um

¹ O que desejamos aqui não é apontar fragilidades, mas para que essa afirmação não fique sem nenhuma referência, apontamos que Melhado (2018) diz ancorar-se numa perspectiva queer, mas a palavra queer não aparece em nenhum momento do texto do autor, exceto nas palavras-chave. Além disso, o autor cria uma tabela onde coloca, lado a lado, as masculinidades viris e as masculinidades das “manas”, como se essas identidades fossem fixas e absolutamente diferentes umas das outras, ou seja, o contrário do que dizem os estudos queer – que concebem as identidades contingenciais.

² O autor concebe gênero da seguinte maneira: “[...] em uma aproximação global, poderíamos dizer que gênero é a intervenção da produção social sobre os sexos (macho e fêmea). Desta perspectiva, ao nos referirmos ao gênero enquanto conceito sociológico, apontamos diretamente para uma estrutura cultural de comportamento que desenvolve, para cada sexo, modelos e potencialidades em função do aparelho reprodutor. Fica delegada à estrutura da sociedade a base real para a constituição da masculinidade ou da feminilidade, ou seja, é a realidade social que determina a existência do masculino e do feminino [...]” (SILVA, 2017, p.23).



sujeito fixo e essencializado em torno do qual as reivindicações sociais costumam ser erigidas.

Guacira Louro (2001) já mostrou que a política pós-identitária representa, pelo contrário, um tipo de reivindicação muito mais radical – e, portanto, muito mais trabalhosa, justamente porque questiona a própria ideia de que as identidades são um produto acabado, transcendente e imutável. Nesse sentido, a crítica pós-identitária centra-se na tentativa de desconstruir as oposições binárias entre homens e mulheres, gays e héteros etc., oposições essas que engendram as assimetrias arbitrárias entre os diferentes sujeitos. O que essa proposta teórica almeja é repensar e redirecionar a nossa forma de fazer política, é um tipo de proposta reivindicatória que não se fecha em compreensões essencialistas das identidades – não se trata em nenhum momento de abrir mão da disputa política, mas de construir uma política extensível a um número maior de pessoas. Sendo assim, em nenhum momento pode-se depreender dessa formulação um convite à imobilidade social ou à conformação – pense-se, por exemplo que, apesar de questionar o sujeito do feminismo, Butler jamais deixou de reivindicar um lugar de fala feminista.

Silva (2017) alega que esses estudos deslegitimam as lutas sociais, mas o que uma leitura acurada das abordagens queer revelaria seria o convite a uma forma de luta e de engajamento muito mais abrangente, já que coextensivo a um maior número de pessoas que não são nem homens nem mulheres. Ele alega que Butler deseja “[...] destruir a modernidade e seus valores [...]” (2017, p. 31), depois disso, põe em questão a credibilidade intelectual da autora³. Por fim, buscando respaldo em Paulo Freire e em seu essencialismo fenomenológico, afirma que não é possível negociar os valores que ele chama de universais (igualdade, liberdade, solidariedade).

Interpretamos que esse tipo de reflexão denota apego a compreensões de gênero que, além de essencialistas, são também universalistas. Essa postura revela uma vinculação a princípios que se autodeclaram universais, mas que na realidade consistem em um conjunto de valores datados, provincianos, abstratos e homogeneizadores. A insistência em valores supostamente universais ignora a diversidade das experiências culturais e identitárias, restringindo a discussão a categorias que não refletem a complexidade

³ “[...] nos gera estranheza que essa forte afirmação derive justamente do profundo domínio filosófico e conceitual da autora [...]” (p. 31).



da realidade social apontada pelos estudos pós-estruturalistas.

O conceito de gênero compartilhado por grande parte das teorias queer diz respeito a algo que, em si mesmo, não é, apenas aparenta ser. Nessa ideia está contida a compreensão de que homens e mulheres, por exemplo, não dizem respeito a algo que somos, mas a algo que fazemos. Assumir, por outro lado, que o gênero seria uma interpretação cultural (ou global) dos aparelhos reprodutores, nos colocaria (1) diante da necessidade de admitirmos a existência de uma realidade pré-discursiva, já que o corpo humano aparentemente não muda – o que se constituiria (isto sim) como um verdadeiro convite à imobilidade; (2) nos obrigaria a reconhecer que, se o gênero é a interpretação cultural do sexo, esse deveria limitar-se ao número dois – já que esse é o número dos sexos que goza de inteligibilidade cultural e, por fim, (3) nos impeliria a classificar como ilegíveis – portanto não credíveis de existência – os corpos humanos que não se enquadram na norma regulatória que prevê masculinidades e feminilidades em corpos, respectivamente, de “machos” e “fêmeas”.

Por fim, argumentamos que se nossa leitura se sustenta, se de fato as chaves teóricas têm migrado de paradigmas fixos como a tendência universal, para modelos mais abertos, como a plural, isso significa que começamos a reconhecer a necessidade de uma auto interpretação mais dinâmica de nós mesmos. Se compreendemos corretamente esse movimento teórico em direção ao plural, é possível dizer que, no que concerne aos estudos de masculinidades, começamos a reconhecer a urgência de pensarmos formas de experienciar o masculino que sejam menos persuadidas pela noção fixa do ser e mais inclinadas às possibilidades abertas do estar, do fazer, do tornar-se, do movimento. Reconhecemos, nesse curso de adesão a interpretações mais abertas, uma demanda que advém do fato de que as leituras universalistas e essencialistas não têm aprisionado exclusivamente outros sujeitos sociais em modelos hierárquicos opressivos, mas também os próprios homens tem sido seu alvo. Nesse sentido, parece necessário apostar em elaborações que não se limitem a nos dizer o que os homens são (como se isso fosse possível), mas se preocupem em refletir sobre que homens desejamos produzir.



Referências

AMARAL, Marcos Martins do. **Dimensão subjetiva da masculinidade:** significações de homens gays sobre o papel da escola no processo de construção da masculinidade. 2019, 243 p. Dissertação [mestrado em educação] – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

AGUIAR JUNIOR, José Durval. **Professores de bebês:** elementos para a compreensão da docência masculina na educação infantil. 2017, 124p. Dissertação [mestrado em educação] – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

BAIO, Halina Hauber. **Masculinidades dissidentes no Cinema e as instabilidades inerentes às identidades.** 2017, 138p. Dissertação [mestrado em ciências Sociais] – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BAPTISTA, Rafael Ferraz. **Discurso de gênero no espaço escolar:** quais referências de masculinidades. 2019, 216p. Dissertação [mestrado em educação] – Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo: a experiência vivida.** 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2016.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Garamond. 2006.

BOGÉA, Arthur Furtado, **Discurso de gênero no espaço escolar:** quais referências de masculinidades. 2019, 216p. Dissertação [mestrado em educação] – Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2019.

BONIFÁCIO, Gabriel Hengstemberg. **A profissionalização do docente masculino da educação infantil:** inserção, estabilidade e atravessamentos. 2019, 121p. Dissertação [mestrado em educação] – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2019.

BRITO, Leandro Teófilo de. **Enunciações de masculinidade em jovens atletas de voleibol:** leituras em horizonte Queer. 2018, 227p.



Tese [doutorado em educação] – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BUTLER, Judith. Sex and Gender in Simone de Beauvoir's Second Sex. **Yale French Studies**, n. 72, Simone de Beauvoir: Witness to a Century, pp. 35-49, 1986.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 20^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CARVALHO, Grasiela Augusta Moraes Pereira de. **Processo de (des)construção da masculinidade hegemônica na região metropolitana do Recife**. 2017, 114 p. Dissertação [mestrado em educação] – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017.

CONNELL, Robert, MESSERSCHMIDT, James w. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n^o 21, p. 241-282, janeiro-abril/2013.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas - SP ano XXIII, no 79, Agosto/2002.

FILHO, Jairo Bardune. **Masculinidades**: um jogo de aproximações e afastamentos, o caso do jornal estudantil O bonde. 2017, 215p. Tese [doutorado em educação] – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

FRANÇA, Filipe Gabriel Ribeiro. **Pra fazer pensar e entreter**: educação, produção corporal, sujeitos e masculinidades homossexuais na revista Junior (2007-2015). 2019, 282p. Tese [doutorado em educação] – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1: a vontade de saber**. 10^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

LARA, Talitha Couto Moreira. **Quando dançam os homens**: construções de gênero e masculinidades entre bailarinos em Belo Horizonte e Viçosa (MG). 2018, 185p. Tese [doutorado em ciências



sociais] – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

LEAL, Wellthon Rafael Aguiar. **A construção das identidades dos homossexuais masculinos a partir do consumo das divas pop.** 2017, 154p. Dissertação [mestrado em ciências sociais] – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

LOURO, Guacira. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**. Santa Catarina – Rio de Janeiro. p.541-253, 2001.

MAZZAROTTO, Rosilene. **“Quero ser um pai como a minha mãe”:** produção de masculinidades e o programa bolsa família. 2019, 118p. Dissertação [mestrado em educação] – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MELHADO, Rodrigo Casaut. **Manas um estudo das mensagens sociais acerca das masculinidades gays no grupo de Facebook BIV.** 2018, 155p. Dissertação [mestrado em ciências sociais] – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças.** Belo Horizonte: Autentica Editora, 2012.

NASCIMENTO, Emanuele Cristina Santos do. **A pedagogia cultural da telenovela na construção de masculinidades negras.** 2018, 140p. Dissertação [mestrado em educação] – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.

NOLASCO, Sócrates Alvares. **O mito da masculinidade.** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1993.

NOLASCO, Sócrates. **De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades ocidentais.** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2001.

PEREIRA, Erick Giuseppe B; BRITO, Leandro Teófilo. Meninos de verdade: discurso de masculinidades na educação física infantil. In: CAETANO, Marcio; JUNIOR, Paulo Melgaço da Silva (org). **De guri a**



cabra macho: masculinidades no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018.

ROMANOWISKI, Joana Paulin. ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em Educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

SANTOS, Emerson Silva; LAGE, Allene. Poder patriarcal, machismo e homofobia: a atuação da câmara de vereadores de caruaru/pernambuco na aprovação do plano municipal de educação. In: XII **Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidade.** 2016.

SANTOS, Diego Couto dos. “**Mas e você, tá a fim de que?!**”. Encenando no Grindr e Hornet: análise da sociabilidade masculina na rede dos aplicativos. 2018, 155p. Dissertação [mestrado em ciências sociais] – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

SANTOS, Neide Pinto dos. **Juventudes e masculinidades:** conversando sobre gênero com estudantes em uma escola pública no município de feira de Santana-BA. 2019, 152p. Dissertação [mestrado em educação] – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

SILVA, Tomás Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Tomas Tadeu Da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15ª ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2017.

SILVA, Alexandre Rodrigo Nishiwaki da. **Relações de gênero nos clássicos da didática:** reflexões possíveis acerca da ideia de masculinidade. 2017, 210p. Tese [doutorado em educação] – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

SILVA, Luciano Ferreira da. **Mind the trap:** construção de masculinidades juvenis e suas implicações com o desempenho escolar. 2018, 238p. Tese [doutorado em educação] – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SILVA, Jose Rodolfo Lopes da. **Seja homem de verdade (re)construindo masculinidades numa escola de cidade**



pequena e do interior. 2019, 165p. Dissertação [mestrado em educação] – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

SILVA NETO, Claudio Marques da. **Relações de Gênero e indisciplina escolar:** Masculinidades em jogo. 2019, 305p. Tese [doutorado em educação] – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVA, Marciano Antônio da. **Professora sim. Professor também. Tio jamais:** um estudo sobre masculinidades e docência no contexto da educação infantil na região agreste de Pernambuco. 2020, 244p. Dissertação [mestrado em educação] – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2020.

SIQUEIRA, Ronan de Almeida. **Por onde andam os gogoboy de Juiz de Fora:** território, mercado e performance entre os profissionais masculinos de dança erótica. 2018, 120p. Dissertação [mestrado em educação] – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, vol.20, p.71-99, Jul/dez, 1995.



Masculinities:

The universal, the relational and the plural.

Abstract: This work aims to classify, based on the analytical organizational model of gender studies proposed by Berenice Bento, the academic production on masculinities available in BDTD between 2017 and 2022. In order to do so, in addition to presenting the analytical trends developed by the author, we took as guidance the indications provided by Joana Romanowski and Romilda Ens on how to elaborate works classified as State of Knowledge. Based on the reading of the 23 selected texts, we concluded that the majority of the works fall into the relational category. We also noticed the existence of a shift in the dominant paradigm in these studies. We understand that this change is due to a demand for less essentialist readings of masculinity.

KEYWORDS: Masculinities. Gender. Queer.

Perycles Emmanoel GOMES DE MACEDO

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea PPGEDUC na UFPE-CAA. Mestre em Educação Contemporânea pelo PPGEDUC. Graduado em Pedagogia pela UFPE-CAA. Integrante do grupo de estudos Observatório dos Movimentos Sociais da América Latina. Email: perycles.macedo@ufpe.br.

Marcelo MIRANDA

Doutor e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Professor do curso de Licenciatura em Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco no Centro Acadêmico do Agreste (UFPE-CAA). E-mail: marcelo.gmiranda@ufpe.br



Masculinidades:

A universal, a relacional e a plural

209

Recebido em: 05/10/2023

Aprovado em: 03/11/2024